

# UMA DIMENSÃO DO FENÔMENO URBANO

*Cornélio Silvano Vilarinho Neto<sup>1</sup>*

## **Resumo**

O fenômeno urbano tem origem na Antiguidade, mas, naquela época, não chegou a formar uma sociedade urbana. Nesse período, também, surgiram as feiras permanentes que mais tarde se transformaram em cidades. Somente a partir da Idade Média é que as cidades tornaram-se os únicos locais com possibilidades de instalações de serviços públicos. Porém as transformações significativas das cidades só vieram ocorrer mesmo a partir da modernidade com a implantação da indústria. É importante ressaltar que a cidade desde o seu início é o principal elemento formador tanto da rede urbana quanto da região. No Brasil, a urbanização provocou o surgimento do processo de exclusão social, pois a urbanização brasileira é fruto da industrialização que tem como base de sustentação o modo capitalista de produção, onde o solo urbano perdeu a relação com o valor de uso e passou a se relacionar com o valor de troca.

## **Résumé**

Le phénomène urbain à son origine dans l'antiquité mais à cette époque, il ne réussit pas à former une société urbaine. Pendant cette période sont aussi apparues les foires permanentes que plus tard se sont transformées en ville. C'est seulement à partir du moyen âge que les Villes devinrent les seuls endroits avec des possibilités d'installation de services publics. Cependant, les transformations significatives des Villes apparaîtront seulement avec l'ère moderne et l'apparition des industries. Il est important de remarquer que la ville depuis son début est le principal élément formateur aussi bien du réseau urbain que de la région. Au Brésil, l'urbanisation a provoqué l'apparition du phénomène d'exclusion sociale car l'urbanisation brésilienne est le fruit de l'industrialisation qui a comme base de soutien le système

---

<sup>1</sup> Professor Dr. do Departamento de Geografia – ICHS – UFMT.

capitaliste de production où le sol urbain a perdu la relation de la valeur d'utilisation et a commencé à se relacionner avec la valeur d'échange.

## **1. Introdução**

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre a dimensão do fenômeno urbano, como também mostrar a intervenção do Estado de modo geral na consolidação deste processo e avaliar a questão urbana inserida no contexto, mostrando que a produção do espaço urbano é milenar e o solo urbano deixa de ser apenas utilidade para a moradia transformando-se em bem econômico e, praticamente, desaparecendo a relação com o valor de uso e intensificando a relação com o valor de troca.

## **2. O Fenômeno Urbano**

O fenômeno urbano teve início com as primeiras aglomerações urbanas surgidas na Antigüidade, mas, naquele período, não chegou a fixar uma forma de civilização de marca urbana permanente. Mas aumentou a frequência das feiras periódicas, em função do aumento do fluxo das mercadorias e da variedade dos bens comercializados como, também, deu origem às feiras permanentes que foram localizadas em posições estratégicas, ou seja, nos cruzamentos das rotas comerciais e nas proximidades dos portos marítimos que, mais tarde, foram transformadas em cidades. Esse processo provocou também a migração do campo, devido às precárias condições de vida que o mesmo oferecia, com isso surgiram os núcleos populacionais independentes da tradição agrícola. Foram nas aglomerações urbanas que se desenvolveram as primeiras corporações de ofício, fontes de produtos destinados ao comércio florescente. A partir de então, a cidade passa a ter um caráter mais permanente como sede de atividades, apresentando maiores possibilidades de desenvolvimento contrastando com as cidades antigas que, raramente, passaram além das condições de sedes administrativas e de fortificações.

A partir da Idade Média, surgiram as tradições culturais e instituições financeiras ligadas à exploração da cultura urbana. Nesse período, as cidades são os únicos locais que oferecem possibilidades ambientais como, também, público suficiente para a instalação de tais

serviços e instituições. Esse processo já era um preparo para a implantação da revolução industrial, pois as cidades eram os locais com estrutura adequada para abrigar a revolução tecnológica e financeira que deu origem à era industrial contemporânea.

A mais profunda transformação espacial da nossa sociedade ocorreu na modernidade com a introdução da indústria, primeiro na Inglaterra, marco inicial do capitalismo industrial. Essa transformação espacial modificou as relações sociais e territoriais, possibilitou a difusão da cultura e da técnica e fomentou os processos competição e de concentração da população nas cidades com o desenvolvimento da indústria foi estabelecida a divisão internacional do trabalho. A consolidação da indústria provocou a multiplicação das cidades e a modificação geral no modo de vida urbana.

É importante ressaltar que a cidade é o principal elemento formador tanto da rede urbana quanto da região, a relação entre cidade e região está configurada em três formas elementares: a relação cidade-campo; a relação capital-província e a relação centro-periferia. No primeiro caso, a fundamentação teórica tem como base de sustentação a hierarquia urbana e é chamada de Teoria dos Lugares Centrais, a qual adequaria a concepção de microssistema que reflete as trocas, segundo uma lógica mercantil, em um modelo econômico fisiocrata, onde o excedente agrícola é o motor da dinâmica econômica e a principal fonte de financiamento da economia. No segundo caso, a relação hierárquica entre cidades é determinada pela lógica da taxação tributária e pela necessidade da circulação mercantil estabelecida de forma permanente no seu entorno, a sua forma conceitual vem corresponder ao modelo das localidades centrais de Christaller, no qual o princípio do mercado em uma planície isomórfica com uma distribuição hexagonal responde pela hierarquia na rede de localidades centrais. E corresponde também à concepção de Wallerstein, na qual a ordem espacial manifesta as determinações tributárias do Estado e a pequena divisão social e territorial do trabalho. No terceiro caso, expressa as relações nas quais a dinâmica espacial está condicionada por níveis distintos de introdução do progresso técnico e por diferenciais de ganhos de produtividade entre locais distintos do espaço urbano, esta forma procura explicar como se comporta a dinâmica urbana e regional.

Mas, referindo-se ao fenômeno urbano, não se pode negar que a Geografia, é sem sombra de dúvida, a ciência que estuda especialmente o sítio de aglomeração urbana e sua situação num território regional, nacional e internacional, ou seja, num território globalizado. Juntamente com o geógrafo, está o especialista em flora e fauna, o demógrafo que estuda a população na sua origem - a taxa de fertilidade, as curvas de crescimento, o economista que estuda a produção e consumo no contexto urbano - distribuição dos rendimentos, camadas e classes sociais, tipos de crescimento, estrutura da população e o historiador que estuda a gênese da aglomeração; observa-se que todos esses cientistas através de seus estudos, fornecem informações indispensáveis para a apreensão e compreensão do fenômeno urbano.

Portanto, é importante lembrar Lefebvre (1999, p. 57) na sua afirmação:

o fenômeno urbano não pertence a nenhuma ciência especializada, ele caracteriza-se por uma situação crítica, mas sem tendências definidas. O fenômeno urbano, tal como oferece a análise, atualmente, depende de noções metodologicamente já conhecidas: dimensões e níveis. Essas noções permitiram introduzir uma certa ordem nos confusos discursos concernentes à cidade e ao urbano, discursos que misturam textos e contextos, níveis e dimensões.

O extraordinário crescimento das cidades constitui-se no fenômeno urbano, talvez o fenômeno mais marcante das cidades no período contemporâneo. O mundo experimentou esse fenômeno através do crescimento em ritmo acelerado das cidades no período entre 1920 /1980. Já de 1980/2000 esse ritmo vem diminuindo, mesmo assim, acima de 80% da população mundial continua habitando as cidades. O crescimento urbano, além do simples aumento de pessoas vivendo nas cidades, é também um processo de concentração que influencia na organização do espaço regional.

No entanto, a utilização indiscriminada da natureza leva a alterações ambientais, resultado dos processos naturais e antropológicos que atuam na superfície terrestre. Portanto, é de fundamental importância compreendermos as relações entre o relevo e a sociedade, pois o relevo considerado, aparentemente, invariante tem seus processos naturais alterados pela ação do

homem, através da modificação do solo, da vegetação, das condições hidrológicas, das formas de erosão e da forma de ocupação pela moradia. Esta alteração provocada pelo homem, quando é indiscriminada, faz com que o processo de destruição da natureza dê resposta mais rápida; um exemplo disso é o caso da cidade de Cubatão-SP, onde as alterações impostas ao meio são visíveis, haja vista a mudança na pele dos animais, notadamente nos aquáticos. Pode-se ainda acrescentar a constatação do nascimento de crianças com sérias danificações nos cérebros (anemocefalia inclusive), que é, muitas vezes, atribuída aos problemas ambientais.

Para falarmos de urbanização no mundo moderno, necessário se faz abordar o processo de industrialização que, inicialmente, foi o indutor do processo de urbanização, pois o mesmo, há mais de um século, é o motor das transformações da sociedade e, conseqüentemente, das cidades.

Como afirma Castells (1983, p.23):

a urbanização ligada à primeira revolução industrial é um processo de organização do espaço, que repousa sobre dois conjuntos de fatos fundamentais; 1) a decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para centros urbanos já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização; 2) a passagem de uma economia doméstica para uma economia de manufatura, e depois para uma economia de fábricas, o que quer dizer, ao mesmo tempo concentração de mão-de-obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial. As cidades atraem a indústria devido a estes dois fatores essenciais (mão-de-obra e mercado) e, por sua vez, a indústria desenvolve novas possibilidades de empregos e suscita serviços.

Nesta citação de Castells nota-se que a indústria ainda domina e fomenta o processo de urbanização. Mas vale ressaltar que, nos últimos anos, as cidades têm experimentado um crescimento cada vez mais intensivo, tornando o organismo urbano mais volumoso e complexo. Com isso, as vidas dos habitantes das cidades confrontam cotidianamente com os mais sérios e variados problemas urbanos. A administração pública das cidades atualmente tem enfrentado árduas tarefas, pois, de um lado, a demanda da população para melhorar o que já existe, e, do outro, a

necessidade de planejar para o futuro, mas evitando os erros do passado.

Os problemas ditos urbanos são apreendidos por meio de categorias de uma determinada ideologia (a ideologia urbana) que ao mesmo tempo impede a sua compreensão e realiza os interesses sociais das classes dominantes. O importante é reconhecer que esta problemática ideológica não advém de uma pura manipulação, mas do fato de que ela organiza, de certa maneira, os problemas experimentados pelas pessoas na sua prática cotidiana.

Refletindo sobre o fenômeno urbano, nota-se que, após a revolução industrial, houve uma ruptura brutal na vida social do ocidente, devido ao intensivo crescimento das cidades e o despovoamento do campo; neste caso, a cidade até então existente como organismo urbano coerente desaparece, dando lugar a uma mudança contínua em sua estrutura interna, através da demolição de prédios antigos e a construção de novos edifícios (arranha-céus) para atender à demanda que o novo mercado imobiliário exige, enfim, a cidade deixou de ser dos cidadãos que a habitam e passa a ser a cidade do capital, ou seja, a cidade sem história.

Observa-se que, após a revolução industrial, é na cidade ou próximo a ela que estão as fábricas ou indústrias, comércio (lojas, escritórios, consultórios médicos, etc.), enfim, todas as modalidades de atividades. Portanto, a urbanização da sociedade moderna, aparentemente, parece mais desordenada que a anterior, isso porque não existem tendências definidas em diversos aspectos, tais como a natureza do crescimento urbano, a localização das atividades de base urbana e os fenômenos migratórios. Mas não podemos negar que a cidade é, em qualquer tempo histórico, uma fração do espaço produzido pelo homem anônimo, em seu trabalho cotidiano, caracterizada pela alta concentração espacial da população. Que, segundo Soja (1993, p. 118):

a cidade passou a ser vista não apenas em seu papel distintivo de centro de produção e acumulação industrial, mas também como o ponto de controle de reprodução da sociedade capitalista em termos de força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo.

Nesta colocação de Soja, a cidade, além de concentradora de capital, concentra também a prestação de serviços e acumula os bens coletivos.

Observa-se também que, devido ao crescimento intensivo, a cidade passou a viver em seu cotidiano uma ampla inovação em seus padrões de construção e, aí, o solo urbano transformou-se em uma “mercadoria” de lucro significativo, a cidade está em constante mutação e, ao mesmo tempo, dando sustentação às transformações que fluem dessas determinantes. Ela é o espaço onde as contradições afloram e as necessidades são manifestadas através do avanço sobre a noção do cidadão urbano. Consta-se que os estudos sobre a cidade vêm evoluindo cada vez mais. Como disse Ana Fani (1998, em sala de aula):

a cidade é entendida de três maneiras: a) cidade enquanto locus da produção; b) enquanto articulação da força de trabalho; c) enquanto articulação das duas anteriores, permitindo pensar, apreender a dimensão do homem e dos humanos, ligando as várias dimensões da cidade.

Portanto, a história das cidades é marcada por momentos especiais e, ao mesmo tempo corriqueiros, que constitui num movimento de múltiplas formas. Nos últimos 30 anos, as cidades, de um modo geral vêm passando por um processo de profundas transformações, gerado principalmente por um outro processo que vários autores denominam de globalização. Este processo abre perspectiva de progresso e desenvolvimento nunca antes sonhados, onde capital, bens, serviços, tecnologia, informação e conhecimento circulam em um espaço global criando novos fluxos de riqueza, de poder, de imagens, de identidade e de participação e eles são os ingredientes básicos necessários para formar a base de sustentação da sociedade pós-moderna, mas, ao mesmo tempo, cria uma nova gama de problemas e conflitos, cuja solução demandará um enorme esforço de toda sociedade.

As transformações que vêm ocorrendo na sociedade são muito abrangentes, tornando difícil, às vezes, a realização de projeções para o futuro. Estas transformações afetam diretamente o espaço urbano, atingindo mais da metade da humanidade que é estritamente urbana. No globo terrestre

há regiões em que a população urbana já ultrapassa 80% do total. Mesmo nas regiões mais pobres do planeta há um crescimento acelerado das cidades, com isso, é lógico, estão abrigoando cada vez mais uma parcela maior da população mundial. Essa problemática deixa claro que as cidades estão se tornando cada vez mais importantes na estruturação da sociedade.

Como afirma Lopes (1998, p. 18):

à medida que a globalização torna a comunicação e a informação instantânea, a nível mundial; à medida que os fluxos de riqueza passam a fluir em velocidades assustadoras e com alcance global; à medida que a mídia universal molda uma cultura uniforme; à medida que a produção de bens e serviços, incluindo a tecnologia necessária, pode se localizar onde for mais econômico; à medida que a competição capitalista passa a ser o mais produtivo caminho para o desenvolvimento; o espaço local definido pelas cidades torna-se o ponto modal desses fluxos globais, tornando a sua evolução condicionada por essa nova geometria.

Assim, nota-se que a sociedade urbana tanto se beneficia intensamente do desenvolvimento gerado por essa situação como, também, é portadora dos problemas que surgem em decorrência desse desenvolvimento.

No momento atual, estamos vivendo mudanças profundas não apenas tecnológicas, mas que abrangem todas as esferas da vida social. Isso acontece devido ao declínio das ideologias tradicionais e dos sistemas de valores a elas relacionados que dominaram a sociedade durante séculos. Hoje se transformaram em crise, portanto, todas as pessoas desta sociedade estão vivendo inseguras, tomadas pelo pânico. Observa-se, inclusive, que, quanto mais acontece o avanço da ciência, mais tem aumentado a fé religiosa, haja vista o aumento intensivo de igrejas evangélicas cristãs e também de outros credos.

Atualmente, estamos vivendo a acelerada e dinâmica revolução da microeletrônica, pois estamos rodeados de pequenos objetos de uso cotidiano, como por exemplo; o relógio de quartzo; as calculadoras de bolso e nelas, incorporados: relógio, calendário, despertador, etc; televisores a cores; os utensílios domésticos; geladeira, máquina de lavar roupa, máquina

de lavar louças, forno micro-onda, etc. Além disso temos ainda aparelhos sofisticados como o computador com vasta utilidade, como a sua aplicação na indústria, na pesquisa científica, nas comunicações, nos transportes, nas informações, na educação, na saúde e no campo dos demais serviços. Segundo os seus defensores, o computador veio facilitar as vidas dos cidadãos. Só que se esquecem que essa revolução está deixando milhões de pessoas desempregadas e sem acesso aos bens da sociedade moderna.

Não podemos negar as conquistas fantásticas da ciência e da técnica como os vôos espaciais e a automatização da indústria, onde os homens estão sendo substituídos pelos robôs, que é outro colaborador do desemprego. É importante ressaltar que, se esta substituição continuar em ritmo intensivo, haverá uma diminuição drástica no consumo, isto porque o robô é produtor de bens de consumo, mas não é consumidor. Esta é uma preocupação para o futuro próximo. Mas neste avanço tecnológico o que se constitui no mais perigoso é a moderna técnica de guerra.

Esse conjunto de fatos refere-se à segunda revolução técnico-industrial, pois a primeira teve início no final do século VXIII com significativas transformações que substituíram o trabalho exercido através da força física do homem pela energia das máquinas; primeiro, a máquina a vapor, e, em seguida, pela máquina elétrica. A segunda revolução, a qual estamos vivendo atualmente, consiste em substituir a capacidade intelectual do homem por autômatos que eliminam com êxito o trabalho do homem na produção e nos serviços. A primeira revolução conduziu a diversas facilidades e a um incremento no rendimento do trabalho humano; a segunda, aspira à eliminação deste trabalho, como muito bem afirma Schaff (1995, p. 22):

por um lado a libertação do homem da maldição divina do Velho Testamento, segundo a qual ele deveria ganhar o pão de cada dia com o suor do seu rosto: por outro lado, todavia, esta nova revolução coloca uma série de problemas sociais ligados à necessidade de se encontrar uma instituição que possa substituir o trabalho humano tradicional, seja como fonte de renda que permita ao homem satisfazer suas necessidades materiais, seja como fonte tradicional desentido de vida, entendido como fundamental para satisfação das

suas necessidades não-materiais, isto é, das suas necessidades espirituais.

Nessa colocação o autor mostra a libertação do homem, ao mesmo tempo mostra que o desemprego e o empobrecimento da sociedade está se acentuando. Além da revolução técnico-científica, que é fruto da associação da revolução microeletrônica e da revolução técnico-industrial, temos também a revolução da microbiologia que tem como componente importante a engenharia genética que, segundo as afirmações de cientistas, o século XXI será dominado pela Biologia. Inclusive será oferecida, ao homem, a condição de dominar não apenas a natureza orgânica em geral, mas também o seu próprio "eu". A descoberta do código genético dos seres vivos e a sua decifração permitem ao homem interferir de forma eficaz nas leis de desenvolvimento da natureza orgânica. A modificação do código genético tanto das plantas como dos animais, inclusive o desenvolvimento de novos códigos, permite, através da engenharia genética, realizar descobertas fantásticas. Contudo, mesmo com todo esse avanço não estão descartados os gravíssimos perigos para a vida social.

Não podemos negar que a microeletrônica, a microbiologia e a energia nuclear abrem caminhos para o grande avanço do conhecimento da humanidade. Mas é preocupante o aumento intensivo de desempregados em consequência da automação e da robotização da produção e dos serviços. Schaff lembra (1995, p. 43), que Marx já havia previsto tal situação em 1859, no primeiro esboço de *O Capital*, conhecido como *Grundrisse* quando disse que: "o advento da automação e da plena automação, em decorrência das quais ocorreria uma mudança na posição do proletariado e da estrutura de classes da sociedade." Portanto, está comprovada a previsão de Marx, pois a informática e a ciência estão assumindo juntas cada vez mais a força de trabalho.

É importante frisar que esse avanço tecnológico da sociedade vem, cada vez mais, aproximando as zonas rurais dos centros urbanos, possibilitando aos agricultores um melhor aproveitamento de suas produções; hoje, o isolamento entre povoados, zonas rurais e as cidades está desaparecendo, sustentados pelos meios de transportes modernos que vêm se aperfeiçoando e se tornando acessíveis, como exemplo, os automóveis, os

helicópteros, os pequenos aviões, os barcos a motor e, atualmente, por meio das fibras óticas e dos computadores, isso já acontece nos países industrializados e já se expandindo também aos países em desenvolvimento, como exemplo, o Brasil; mesmo assim, continua a diferença qualitativa e quantitativa entre o trabalho rural e o trabalho urbano.

A urbanização representa o processo de crescimento da população urbana que, anteriormente era induzido pelo processo de industrialização, que atualmente é induzido pelo avanço tecnológico de comunicação e impõe a instalação de novos equipamentos tais como: saneamento básico, ruas pavimentadas e transportes coletivos de qualidade em todas as áreas do perímetro urbano. É importante frisar que a população urbana é receptiva às transformações impostas pelo capital, com isso ela ativa, com mais rapidez, o mercado consumidor, pois suas atividades estão diretamente ligadas aos setores: secundários e terciários.

Nota-se que a cidade se constitui na principal célula tanto da organização do espaço quanto da formação regional, influenciando diretamente na sua configuração e tornando-se o centro de convergência tanto de pessoas e de mercadorias como de tecnologias e de capitais, pois é na cidade onde melhor se organiza o ciclo de atividade produtiva. Nota-se também que a cidade contemporânea ocidental é o retrato da sociedade capitalista tanto na sua divisão de trabalho quanto na sua estratificação social. A cidade foi milenarmente subordinada ao campo mas, com a Revolução Industrial, essa situação inverteu-se, passando, a partir da década de 20, do século XX, o campo à sua subordinação. Observa-se que Ratzel, em sua obra *Antropogeografia*, conferiu às cidades um papel importante no processo de evolução da humanidade, tendo utilizado como conceito fundamental de análise a posição e a situação geográfica da cidade. Para Ratzel a cidade deveria ser estudada a partir de sua situação em relação às vias de comunicação. Para ele a grande cidade é uma reunião durável de homens e de habitações humanas que cobre uma grande superfície e se encontra no cruzamento de grandes vias comerciais. Que, segundo Abreu (1994, p. 201): “é a partir do conceito posição/situação de Ratzel que a cidade entra no cenário geográfico moderno”.

Atualmente, já se fala até em rurbanização devido à interpenetração

dos espaços rural e urbano, como presenciamos nos complexos agroindustriais. Hoje, o processo de urbanização está gerando uma rede urbana que, através das relações entre os centros urbanos, também estabelece uma hierarquia entre as cidades grandes, médias e pequenas que se materializam no espaço geográfico, através dos fluxos tanto de pessoas como de circulação de mercadorias. A configuração da rede urbana é caracterizada através da influência da cidade maior sobre a menor, incluindo o meio rural, polarizando e drenando a mão-de-obra, os bens econômicos e de serviços de toda a área sob sua influência.

### **3. A Urbanização Brasileira**

No Brasil, esperamos que a aplicação da Lei 10.257 de 10/7/2001 – Estatuto da Cidade – em que foram regulamentados os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, relativos à política urbana, possibilite sanar todas as distorções existentes, no espaço urbano. Isto porque a rápida urbanização brasileira provocou a intensificação do processo de exclusão social, evidenciando, assim, a marginalização e a violência urbana que, atualmente, está levando a sociedade ao pânico. Porém, os problemas urbanos não são novos, há muito que eles fazem parte do cotidiano de nossas cidades e vêm se avolumando a cada dia que passa.

Observa-se que o processo de urbanização brasileira é fruto de um outro processo, o processo de industrialização e está relacionado com as diversas etapas do desenvolvimento sócio-econômico. As mudanças ocorridas com este processo caracterizam-se basicamente pela escolha da estratégia de industrialização de sua economia com seus diversos desdobramentos na busca de caminhos a serem seguidos, com o objetivo de alcançar a estabilidade econômica.

A urbanização brasileira, em seu ritmo intensivo, nos últimos anos vem agravando a qualidade de vida dos cidadãos nas cidades, onde o acesso da população aos serviços de infra-estrutura tais como: saneamento básico, saúde, educação, transportes coletivos, comunicação e energia elétrica são de forma precária.

É importante ressaltar que as cidades brasileiras iniciaram o

crescimento urbano a partir da aprovação da Lei da Terra (1850), porque a aprovação desta Lei transforma a terra no Brasil em propriedade privada, instituindo, assim, a especulação fundiária, que tem como base a concentração da própria terra. Inserido nesse contexto o trabalhador da zona rural é excluído de seu meio de sobrevivência, ficando obrigado a migrar para a cidade e o que lhe resta é vender a sua própria força de trabalho para o sustento da família com o salário recebido, perdendo, assim, sua identificação com a terra e passando a identificar-se com o capital. Por isso, os problemas sociais brasileiros são cada vez mais, também, uma questão urbana.

As grandes cidades, através do crescimento intensivo, vão se transformando em metrópoles, explodindo em seu crescimento populacional, o qual é oriundo tanto do processo migratório campo-cidade como, também, de outras regiões urbanas saturadas, em que as pessoas buscam as grandes cidades como possibilidade de conseguir trabalho na indústria, ou no setor de serviços. Esse crescimento tem provocado uma significativa transformação no espaço urbano brasileiro, pois as cidades médias vêm se transformando em grandes cidades, candidatando-se para metrópoles. Não podemos deixar de ressaltar que a cidade de Cuiabá passou por este processo e, atualmente, já é uma grande cidade, transformada em uma metrópole regional.

Portanto, as cidades brasileiras, no que se refere à produção do espaço urbano, refletem visivelmente o processo de produção capitalista, pelo fato de que a distribuição da população e das atividades econômicas no espaço urbano segue a regra básica do capital, ou seja, que quem tem melhor poder aquisitivo melhor se instala na estrutura das cidades em relação ao emprego, à oferta de serviços urbanos, ao comércio e aos serviços em geral que a cidade oferece, principalmente em relação aos serviços de cultura e lazer. Neste contexto não podemos deixar de lembrar Malta (1981, p. 28) que, discutindo esta questão, afirma que:

precisamos atender ao direito mínimo do cidadão urbano, que é o direito de trabalhar com dignidade: isto significa ter uma casa ou um apartamento, ainda que singelos, com transporte para o trabalho, algum lazer, serviços essenciais a sua saúde, como água potável e a

drenagem de águas, tanto as insalubres como as destruidoras de sua moradia (inundações), e serviços essenciais a sua segurança, como ruas transitáveis o ano todo e iluminadas.

É importante ressaltar que o processo de urbanização no Brasil teve várias fases e cada uma delas tornou-se uma representação dos resultados das várias fases do processo de desenvolvimento da industrialização. Com esse processo de urbanização implantado no País surgiu um sistema urbano em escala nacional, com hierarquia definida e a emersão de uma metrópole com caráter essencialmente concentrador de urbanização, a cidade de São Paulo, que reflete o padrão característico da industrialização. A partir de então, surgem novas formas urbanas, as aglomerações de duas ou mais cidades, formando, assim, as áreas metropolitanas do País. A cidade de São Paulo surge como metrópole do complexo industrial/exportador substituindo a cidade do Rio de Janeiro que se caracterizava como metrópole do sistema político/financeiro. As transformações do espaço urbano que ocorrem nas cidades brasileiras trás à tona a temática da luta de classe no País que, vista sobre o aspecto das relações sociais, fazem parte do que os urbanistas chamam de tecido urbano. Neste ponto não podemos deixar de lembrar Oliveira, citado por Vilarinho (1982, p. 251), quando diz que:

no urbano começam a sintetizar-se, em qualquer direção, os problemas da expansão do capitalismo no Brasil, na forma da estruturação oligo-monopolista fortemente interpenetrada pelo Estado. Não há praticamente qualquer dimensão da vida nacional que não se reflita imediatamente num problema urbano ou num problema que explode como urbano.

Esta afirmação mostra que a cidade é concentradora de capital. Portanto, a concentração das atividades econômicas nos centros urbanos leva tanto a relações interindustriais como à produção em escala, atraindo os investidores para a abertura de novas firmas. Assim, esses investidores pressionam o Poder Público a implantar a infra-estrutura necessária, surgindo, através deste processo, a intervenção do Estado na produção de um novo espaço urbano, de acordo com o modo de produção vigente. É importante lembrar que o desenvolvimento econômico brasileiro é fruto do capitalismo que trás na sua essência o efeito perverso de privar a maioria da

população de ter uma maior participação na renda nacional, e ainda controla o sistema de produção, incluindo o urbano.

Observa-se que a população urbana brasileira, atualmente, vem enfrentando um processo de empobrecimento progressivo gerado, por um lado, pelo crescimento urbano descontínuo das cidades que encarece os investimentos para a implantação de indústrias, a qual produz emprego. Por outro lado, além da não implantação de indústrias está acontecendo o fechamento das indústrias instaladas ou por falência ou por transferência para outros Estados da federação, onde recebem incentivos fiscais para se instalarem.

Outro fato que chama atenção sobre o processo de produção do espaço urbano no Brasil é o expressivo controle dos especuladores imobiliários. Estes têm como prática lotear o espaço urbano sempre deixando entre um loteamento e outro uma área territorial livre destinada à supervalorização.

Inserido neste contexto está o Estado de Mato Grosso, mas não podemos falar em transformações urbanas do mesmo, sem situá-lo no contexto da Região Centro-Oeste, pois a taxa de crescimento urbano no decênio 70/80 foi de 67,76%, enquanto que a taxa do crescimento urbano brasileiro foi de 67,70%, segundo fonte do IBGE. E, a partir de então, a Região Centro-Oeste vem apresentando, cada vez mais, maior participação da população urbana no contexto nacional.

Como acontece em toda sociedade brasileira, no Estado de Mato Grosso, o solo urbano deixou de significar apenas utilidade para a moradia, transformando-se em ação econômica, perdendo a relação com o valor de uso e passando a relacionar-se com o capital, ou seja, com o valor de troca, pois os agentes de produção do espaço urbano não estão preocupados com a necessidade de habitar, mas sim com a produção de um espaço urbano, transformado em mercadoria, pronta para a reprodução do próprio capital.

As transformações rurais que ocorrem em Mato Grosso através dos processos de concentração de terras e da mecanização da agricultura provocaram uma significativa redução da mão-de-obra no campo, pois a mesma foi impelida para a cidade, integrando ao componente demográfico

da urbanização do Estado. Sem infra-estrutura básica para dar sustentação no setor, a população urbana do Estado vem enfrentando uma série de dificuldades, principalmente no período chuvoso. Outra agravante é que nas cidades do Estado, na maioria das vezes, as construções não obedecem à lei de ocupação e uso do solo como, também, às vezes, a lei nem existe, aí áreas que deveriam ser preservadas, a exemplo daquelas localizadas nas cabeceiras dos córregos que formam as micro bacias estão sendo loteadas e postas à venda no mercado imobiliário, ou ocupadas pelas pessoas que chegam nessas cidades e não têm aonde morar.

Este processo dificulta a implantação no espaço urbano de uma infra-estrutura adequada e ainda aumenta os danos ambientais e paisagísticos. Portanto, só trazem prejuízo para a população, porque a falta de respeito ao espaço urbano está desrespeitando a natureza e a própria vida.

#### **4. Considerações Finais**

Neste artigo percebe-se que o espaço urbano só veio encontrar base de sustentação urbana a partir da Idade Média, vindo a partir de então a consolidar a cidade, momento histórico que inicia a intensificação do comércio que fora incentivado pelas cruzadas. Observa-se, também, que nesse período as feiras periódicas se transformaram em permanentes.

Percebe-se, também, que a cidade desde o seu surgimento se constituiu no principal elemento formador tanto da rede urbana como da região. As cidades tornaram peças importantes da sociedade moderna e o crescimento das mesmas constituiu-se no fenômeno Urbano da contemporaneidade.

#### **5. Referências Bibliográficas**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)produção do Espaço Urbano. Edusp: São Paulo. Ano 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-Tempo na Metrópole. Contexto: São Paulo. Ano. 2001.

- CORRÊA, Roberto Lobato. A Rede Urbana. 2ª Edição. Ática: São Paulo. Ano 1994.
- DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). O Processo de Urbanização no Brasil. Edusp: São Paulo. Ano 1999.
- GEDDES, Patrick. Cidades em Evolução. Tradução: Maria José Ferreira de Carvalho. Papirus: Campinas. Ano 1994.
- GONÇALVES, Maria Flora (org.). O Novo Brasil Urbano – Impasses/Dilemas/Perspectivas. Mercado Aberto: Porto Alegre. Ano 1995.
- GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. EDUSP: São Paulo. Ano 1993.
- IBGE. Geografia do Brasil. Região Centro-Oeste. Volume 1: Rio de Janeiro. Ano. 1989.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Moraes: São Paulo. Ano 1991.
- LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. DP& A: Rio de Janeiro. Ano 1999.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Tradução: Sérgio Martins. Editora da UFMG. Ano 1999.
- LOPES, Rodrigo. A Cidade Intencional – O Planejamento Estratégico de Cidades - . MAUAD: Rio de Janeiro. Ano 1998.
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na Periferia do Capitalismo – Ilegalidade, Desigualdade e Violência. Editora HUCITEC: São Paulo. Ano 1996.
- MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. 4ª Edição. Atual: São Paulo. Ano 1997.
- MATOS, Maria Izilda S. SOLLER, Maria Angélica. A cidade em Debate. Olho d'Água: São Paulo. Ano 1999.
- MICHEL, Rochefort. Redes e Sistemas – Ensinando Sobre o Urbano e Região. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. HUCITEC: São Paulo. Ano 1998.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. HUCITEC. 3ª Edição: São Paulo. Ano.1996.

SASKIA, Sassen. As Cidades na Economia Mundial. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Nobel: São Paulo. Ano 1998.

SCHAFF, Adam. A Sociedade Informática – As Conseqüências Sociais da segunda Revolução Industrial. Tradução: Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. Brasiliense: São Paulo. Ano 1995.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A Identidade da Metrópole. HUCITEC: São Paulo. Ano 1994.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano. Zahar. 4ª Edição. Ano 1979.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. Nobel: São Paulo. Ano 1998.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. Projeto CURA Cuiabá – Um Exemplo da Intervenção do Estado nas Transformações do Espaço Urbano. UNESP: Rio Claro. Ano 1982. (D. de Mestrado). (Xerox).(301 páginas).

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. Metropolização Regional, Formação e Consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso. USP. São Paulo. Ano 2002. (Tese de Doutorado). (367 páginas).